UM LUGAR CHAMADO FELIZ

26-09-98

[Cidade com mais alto índice de desenvolvimento humano do país mostra a vantagem da agricultura familiar]

[Quem tem saúde, educação e renda pode obter tudo que em geral se considera qualidade de vida]

O desconhecido município de Feliz, perdido na serra gaúcha, a 87 quilômetros de Porto Alegre, atingiu o mais alto índice de desenvolvimento humano do Brasil, bem acima do alcançado pelo conjunto do país em 1995, justamente quando os benefícios do Plano Real estavam no auge. Essa foi uma das revelações que mais surpreenderam os repórteres que cobriram o recente lançamento do Relatório do Desenvolvimento Humano de 1998. Surpresa que aumentou muito quando se deram conta de que mais sete municípios bem parecidos estavam entre os primeiros colocados: Indaial (SC) ficou em quarto, Paraí (RS) em quinto, Gaspar (SC) em sexto, Videira (SC) em nono, tendo Nova Prata (RS), Salvador do Sul (RS) e Timbó (SC) empatado na décima posição. Surpresa que se tornou espanto quando perceberam que o mesmo tipo de município - desconhecido, rural e nesses mesmos dois estados -, ocupava metade das cinqüenta melhores colocações.

Seria possível acreditar que lugarejos tão acanhados, sem shopping centers, teatros, cinemas, restaurantes finos, ou faculdades, poderiam rivalizar com a charmosa Curitiba, que pegou o 18º. lugar, ou com a cidade maravilhosa, que pegou o 45º ? Quem gostaria de viver nessas bibocas gaúchas e catarinenses? Será que não haveria algum problema nos critérios da ONU que foram usados pelo IPEA e pela Fundação João Pinheiro para avaliar pela primeira vez o índice de desenvolvimento humano de cada um dos quase cinco mil municípios brasileiros?

A resposta do PNUD, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, foi muito simples e direta. "Quem tem saúde, educação e renda tem oportunidade e capacidade de ser bem-sucedido e conseguir todos esses outros itens que genericamente se consideram qualidade de vida", disse José Carlos Libânio, um dos coordenadores do estudo. Ou seja, os felizenses não só têm condições de se divertir e fazer compras em Caxias do Sul ou Porto Alegre, como seus filhos podem entrar em alguma das melhores faculdades do país porque tiveram acesso a uma educação de qualidade.

Esse espanto dos repórteres, seguido do esclarecimento da ONU, é uma ótima ilustração de três importantes contrastes. **Primeiro**, aquele que opõe a opinião pública brasileira à tese da OCDE segundo a qual

"ruralidade não é mais sinônimo de atraso" (relatada aqui em 29/8). Por viverem em um país que inchou suas cidades com mais 100 milhões de habitantes em apenas meio século, os brasileiros fazem uma fortíssima associação entre rural e passado, ou rural e atraso. Por aqui o viés urbano é tão forte que há até quem pregue a "urbanização do campo", sem mesmo se dar conta de que está legitimando a desvalorização do meio rural que reina entre as multidões urbanas.

O **segundo** contraste revelado pela municipalização do índice de desenvolvimento humano está na flagrante oposição entre a crença também dominante na superioridade da agricultura patronal e o fato de que todos os municípios rurais com alto índice de desenvolvimento humano são localidades de forte predomínio da vilipendiada agricultura familiar. Por isso, qualquer discussão séria sobre o desenvolvimento rural brasileiro tem que passar necessariamente pela consideração das próprias características do setor agropecuário. Nos países de mais alto desenvolvimento humano, a agropecuária é uma atividade de caráter principalmente familiar, enquanto no Brasil ela é predominantemente de caráter patronal. Essa distorção resulta evidentemente de uma herança histórica cuja marca essencial foi a intolerância das elites pelas formas familiares de propriedade e uso da terra. Com a exceção do fluxo colonizador que, partindo do extremo sul, permitiu uma certa afirmação da agricultura familiar até o sudoeste do Paraná, o padrão agrário das demais regiões foi semelhante ao que predominou no Leste europeu, onde as elites preferiram impedir que suas populações rurais tivessem acesso à propriedade da terra. Infelizmente, o papel desempenhado pela economia cafeeira do sudeste na formação do sistema agropecuário nacional teve o mesmo sentido histórico da "segunda servidão" do Leste europeu.

Diretamente ligado a esse obtuso menosprezo pelo meio rural e pela agricultura familiar existe um **terceiro** contraste, talvez o mais chocante. A idéia de que a desigualdade não dificulta o crescimento econômico, podendo às vezes até ajudá-lo é uma crença que permanece dominante entre os economistas brasileiros, embora seja hoje considerada anômala, e até extravagante, no debate internacional. Dezenas de pesquisas apresentadas em duas conferências internacionais organizadas recentemente sobre esse tema - pelo FMI em junho e pelo Banco Mundial em julho - mostraram que quanto maior a desigualdade de riqueza e de renda, menor o crescimento, principalmente nas democracias. E mostraram também que a desigualdade na distribuição da propriedade da terra sempre apresenta correlação negativa com o crescimento econômico subseqüente. Ou seja, nada pode ser mais falso do que dizer que a promoção da agricultura familiar carece de sentido econômico, justificando-se apenas como ação de assistência social.